

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE

LAÍS RAFAELLY DE FREITAS ALMEIDA SANTOS

**A PRÁTICA DOCENTE E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN
NA SALA DE AULA REGULAR**

CARUARU-PE

2015

LAÍS RAFAELLY DE FREITAS ALMEIDA SANTOS

**A PRÁTICA DOCENTE E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN
NA SALA DE AULA REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Centro Acadêmico do Agreste – CAA, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Professora: Dr^a. Ana Maria Tavares Duarte.

CARUARU – PE

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S237p Santos, Lais Rafaelly de Freitas Almeida.
A prática docente e a inclusão de alunos com síndrome de Down na sala de aula regular. / Lais Rafaelly de Freitas Almeida Santos. - Caruaru: O Autor, 2015.
57f. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Maria Tavares Duarte.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Inclusão. 2. Síndrome de Down. 3. Professores - Formação. I. Duarte, Ana Maria Tavares. (Orientadora). II. Título

370 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-159)

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia.

LAÍS RAFAELLY DE FREITAS ALMEIDA SANTOS.

Monografia Apresentada em:28-07-2015

Orientadora, Professora Dr^a: Ana Maria Tavares Duarte.

1º Examinador:

2º Examinador:

Dedico este trabalho, ao meu bom Deus que deu-me forças para chegar até aqui, e a minha família, que sempre me incentiva a lutar pelos meus objetivos, me fazendo enxergar o quão longe se pode chegar.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo fundamental depois de uma longa jornada a ser finalizada, agradecer, segundo o dicionário da língua portuguesa, significa, mostrar, demonstrar gratidão, reconhecimento, assim, compreendo que devo agradecer, por tudo que vivi e vivo, por todas as conquistas e aprendizagens ao longo da caminhada. Agradecer para mim hoje é um privilégio, é a possibilidade de reconhecer que consegui mais uma vitória, que aprendi grandes conceitos, com grandes pessoas.

A graduação me possibilitou uma grande reflexão, e me moldou na maneira de pensar e de agir. Evidentemente que nada me seria permitido sem a autorização de Deus, que é o Ser supremo que me guia e me fortalece em todos os percursos vividos. A Ele glorifico esta vitória.

Este é um momento muito esperado, sozinha seria impossível de ser conquistado, agradeço aos meus familiares que sempre me incentivaram a lutar por meus objetivos, me dando força e coragem, sem os seus ensinamentos e apoio incondicional eu não haveria conseguido.

A todo o corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco, do curso de Pedagogia, que com suas experiências sempre me proporcionaram o melhor, a direção e administração desta universidade que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, repleto de méritos e aprendizagens, aos profissionais da UFPE reverencio todo o ser profissional que hoje me tornei.

A minha orientadora a Professora Dr^a Ana Maria Tavares Duarte, pelo suporte, apoio e confiança, sua paciência e sua força me incentivaram muito nesta caminhada, ela foi fundamental para o êxito dessa conquista.

Especialmente agradeço as minhas colegas de classe Thayane, Bruna, Paula, Laís, Ana Paula, Achilém e Rosangela, pois fomos apoio nas mais diversas horas, com dedicação e companheirismo estamos conquistando mais uma etapa em nossas vidas, sem as elas esta graduação em pedagogia não haveria sido a mesma, elas foram o ânimo nas horas de tristeza e a força para que eu conseguisse levantar após tropeçar e cair. Muito obrigada, vocês sempre terão minha gratidão.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a banca examinadora, que cuidadosamente examinou este trabalho de conclusão de curso. E a todos que direto ou indiretamente contribuíram para a realização e cumprimento do mesmo no decorrer dessa graduação.

No âmbito da educação, a lógica da heterogeneidade traduz-se pelo reconhecimento e aceitação das diferenças individuais entre os alunos. São diferentes suas motivações, expectativas e interesses quando a escolaridade, assim como são diferentes seus conhecimentos, vivências e experiências prévias. (RODRIGUES, 2003)

RESUMO

Esse trabalho vem abordar a Síndrome de Down e suas implicações no contexto educacional, considerando os fatores de inclusão que regem as leis do nosso país. O nosso foco de pesquisa é constatar se, os docentes que atuam nas salas de aula de ensino regular, reconhecem o paradigma de inclusão e promovem a mesma aos alunos com síndrome de Down? Para responder essa pergunta, a pesquisa foi desenvolvida no município de Cachoeirinha – PE, fundamentada e analisada pelas leis brasileiras de nosso país, que garantem os direitos aos alunos com Síndrome de Down permanecerem na sala de aula regular de ensino, onde os docentes sejam capacitados para trabalharem com esses alunos de forma inclusiva e significativa, com o apoio de teóricos como Carvalho, (1997) Bueno (1998) e Veiga (2008), através da análise de conteúdo e de observações diretas em salas de aulas, onde o contato com as situações divergentes propiciam um melhor desenvolvimento da pesquisa. Diante de entrevistas, observações e estudos a pesquisa foi realizada em torno do objetivo geral que busca compreender a prática docente, diante do paradigma da inclusão com as crianças que possuem de síndrome de Down. E os específicos que irão permitir compreender como se dá prática docente com o aluno Down e em que ela implica, e identificar o processo de inclusão dos alunos de síndrome de Down a partir da prática docente. Foi adotado como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, trabalhando-se com a realidade, também utilizamos da análise de conteúdo que por sua vez nos permite refletir em constantes situação. Nos apoiamos em Marli André, e Minayo, para explicar a análise dos dados obtidos. Os resultados desta pesquisa transparecem a defasagem que há nas escolas quando se tratam do ensino-aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down, a inclusão está acontecendo, porém a prática docente adotada não inclui o aluno com Síndrome de Down nas atividades cotidianas, deixando-os como ouvintes inseridos num contexto no qual deveriam ser atuantes. As formações docentes são limitadas, não permitindo aos docentes uma maior interação de como atuar em diversas circunstâncias, as práticas utilizadas acabam a não dar de conta todas as demandas sociais e particulares que cada aluno com essa deficiência traz consigo.

Palavras-chaves: Inclusão, Síndrome de Down, Formação Docente.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I	
1. Situando a educação inclusiva numa perspectiva teórica legal.....	13
1.1 – A inclusão e as leis brasileiras.....	15
1.2 – Diretrizes Curriculares para educação especial.....	17
Capítulo II	
2. Síndrome de Down e suas características históricas e físicas	20
2.1 - A Síndrome de Down e suas relações com a aprendizagem.....	22
Capítulo III	
3. Inclusão escolar de alunos com síndrome de Down.....	24
3.1. Prática Docente.....	26
3.2 - Elementos da prática docente, que contribuem ou não para aprendizagem dos alunos com síndrome de Down.....	28
Capítulo IV	
4. Formação continuada para os docentes que trabalham com alunos que possuem Síndrome de Down.....	31
Capítulo V	
5. - Caminho Metodológico.....	34
Capítulo VI	
6. - Discursão e análise de dados.....	39
Considerações Finais.....	47
Anexos.....	49
Referências.....	55

A PRÁTICA DOCENTE E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA SALA DE AULA REGULAR

INTRODUÇÃO

Diante de nossa trajetória profissional e acadêmica, pude perceber a defasagem que existe no ensino quando falamos em alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares, seja esse ensino, público ou privado. Essas crianças com necessidades especiais conseguiram a inclusão em salas de aulas regulares, mas as práticas docentes precisam atender as necessidades individuais de cada aluno para que a inclusão aconteça de fato, a fim de levar esses alunos incluídos no cotidiano escolar ao verdadeiro convívio em sala de aula onde haja a interação no contexto ensino/aprendizagem. Os alunos com necessidades especiais na maioria das vezes passam a ser meros ouvintes na sala de aula, sem haver atividades que proporcionem uma relação entre os alunos com necessidades especiais com a aprendizagem.

No presente estudo ressaltamos elementos encontrados sobre alunos que possuem a síndrome de Down, para compreensão de como acontece à prática inclusiva com os mesmos engajados nas salas de aulas regulares. É necessário entender que, a Síndrome de Down é um distúrbio genético onde, as pessoas que possuem a mesma, se remetem a uma série de limitações. O sistema escolar deve sempre promover a inclusão das pessoas com Síndrome de Down na sala de aula regular, fazendo-os participantes ativos do cotidiano ao qual foram inseridos, as pessoas de seu convívio precisam reconhecer quais as verdadeiras limitações que a síndrome acarreta, como estar com alunos com a síndrome na sala de aula regular onde as atividades propostas engaje-os, e lhes proporcionem aprendizagens significativas.

É necessário executar atividades que propiciem o desenvolvimento e o amadurecimento das funções neurológicas, vale salientar que vários conceitos podem dificultar o processo de ensino aprendizagem, mas, precisa-se conhecer as dificuldades para amenizar os problemas que venham a surgir no cotidiano de cada sujeito inserido na sala de aula regular e apropriar-se também das potencialidades que os mesmos carregam, nesse caso a metodologia que o professor utiliza é extremamente importante.

O professor como profissional e mediador do conhecimento, precisa entender do que se trata a Síndrome de Down e buscar formas para adequar os conceitos escolares a essas crianças que vem para escola com o intuito de um melhor desenvolvimento de suas aptidões.

É o professor que ao se envolver com essas crianças, busca a inclusão social delas, ultrapassa as quatro paredes da sala de aula e faz com que as crianças com síndrome de Down perpassem os seus próprios limites, podendo sentirem-se cidadãos integrantes da sociedade.

Assim podemos nos indagar: Se a escola e o docente não promovem a educação inclusiva quem pode promover? Os alunos com síndrome de Down têm condições de aprender? As práticas docentes têm influência no fator de inclusão? Essas questões permeiam a mente e remetem a uma reflexão ampla sobre o tema em contexto, pois, falamos de seres humanos e não de objetos, seres humanos que precisam de atenção, e que precisam aprender, são seres sociais que possuem seus direitos acobertados pelas leis que regem nosso país, então, estes não lhe podem ser negados e suas aptidões devem ser desenvolvidas.

Sendo assim, ressaltamos o seguinte problema: Os docentes que atuam nas salas de aula de ensino regular reconhecem o paradigma de inclusão e promovem a mesma aos alunos com Síndrome de Down?

Constatasse que a educação é parte integrante de um mecanismo social, e o proposto trabalho releva como contribuição social, a verdadeira inclusão das pessoas com necessidades especiais engajados em nossa sociedade, promovendo um novo olhar, uma reflexão sobre a prática docente e a inclusão dos alunos com Síndrome de Down. Nosso foco está em observar a prática pedagógica, se a inclusão escolar perpassa as leis, onde ao estar incluído o aluno com síndrome de Down se faz participante na sala de aula, pois, com uma educação inclusiva a sociedade irá garantir os direitos dos deficientes e trazer novos rumos, para obtermos uma educação mais qualitativa a todos os envolvidos nas salas de aulas regulares de ensino.

Tivemos como o objetivo geral:

- Compreender a prática docente, diante do paradigma da inclusão com as crianças que possuem de síndrome de Down.

E como objetivos específicos:

- Compreender como se dá prática docente com o aluno Down e suas implicações no processo de inclusão;
- Identificar o processo de inclusão dos alunos de síndrome de Down a partir da prática docente.

Os capítulos seguintes veem situando as características fundamentais para se compreender a Síndrome de Down, numa perspectiva teórica e legal, que discutem o processo de inclusão, fazendo uma reflexão sobre, a perspectiva docente, as práticas pedagógicas utilizadas e a questão da contribuição da formação continuada para um trabalho mais eficaz

com os envolvidos no contexto, propondo assim um esclarecimento sobre o tema, relacionando a teoria e a prática para poder responder as questões que a pesquisa indaga, apoiados na metodologia recolhemos, analisamos e discutimos os dados obtidos assim concluimos a pesquisa de modo satisfatório.

CAPÍTULO I

SITUANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA PERSPECTIVA TEÓRICO LEGAL

Imensas são as barreiras discriminatórias e preconceituosas frente a inclusão de pessoas com necessidades especiais, constantes foram as lutas de familiares e da população em prol do surgimento de movimentos que conscientizassem a população para a inserção dessas pessoas com necessidades especiais na sociedade.

Na luta pela igualdade de direitos elaborou-se vários documentos que reconhecesse os direitos humanos dessas pessoas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada em 1948 pelos países participantes da Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos”. A mesma assegura às pessoas com necessidades especiais aos mesmos direitos que quaisquer cidadãos, direito à liberdade, à educação e ao seu desenvolvimento como ser social. Mais tarde, depois da década de 60, as pessoas com necessidades especiais conseguiram dentro das escolas regulares, classe especiais que os atendessem promovendo a educação, propondo o sistema regular e o sistema especial.

Somente em 1994, em Salamanca na Espanha, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais Acesso e Qualidade, que se reafirmou os direitos dessas pessoas, onde relata que:

Todas as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas pessoais, culturais ou sociais; crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua, minoras étnicas, linguísticas ou culturais, de zona desfavorecidas ou marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares (MEC, 2005, p. 10).

Para a inclusão desses alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares em 2000 todas essas crianças tiveram acesso às salas de aulas regulares e houve mais preocupações com o espaço físico que pudesse acolher essas crianças com todos os devidos cuidados. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Resolução CNE/CEB nº 02/2001, artigo 2º).

Deste modo, os instrumentos legais asseguram o direito de uma educação para todos, com qualidade, valorização das diferenças. Assim a tarefa de incluir é uma obrigação de todos.

Afim dessa inclusão é fundamental compreender como se dão as práticas docen... para inclusão, autores explicam num processo histórico os impactos causados na educação com essa inclusão. A autora Carvalho (1997), explicita como a lei trata da inserção desses alunos na rede regular de ensino, e como a mesma é impactante para escola. Como princípio, relata a necessidade de mudança da postura e da reflexão dos professores, para que assim realmente a educação tenha possibilidades de ser inclusiva. Carvalho, (1997) vem abordar que:

O desconhecimento e a omissão têm sido os grandes responsáveis pela carência de ofertas educacionais, o que agrava a problemática desses alunos. Não se trata apenas, da falta de professores ou de espaços físicos sem barreiras arquitetônicas nas escolas. A isso ficam acrescidas as barreiras atitudinais e a frágil vontade política de oferecer-lhes atendimento educacional especializado (CARVALHO, 1997, p.35).

A autora nos faz compreender como estão entrelaçados o contexto educacional e o processo de ensino-aprendizagem, nos constata a necessidade tanto de ensinar quanto de aprender e que ambos estão interligados no desenvolvimento dos estudantes, a reprovação de crianças por serem especiais não é adequado, pois esta não lhe ajuda a evoluir, a inclusão juntamente com o ensino-aprendizagem acontece o tempo inteiro na sala de aula. Veiga, (2008) traz suas considerações:

O professor, no momento de organizar sua aula, precisa atentar para as necessidades formativas de seus alunos, a fim de perceber a quais interesses atende ao propor determinadas atividades a seus educandos. § A questão central do professor está em determinar com clareza qual é verdadeiramente seu papel e o limite de sua responsabilidade no momento de organizar a aula. Posso, então, considerar como ponto de partida o conhecimento da realidade, no sentido de detectar as necessidades (VEIGA, 2008, p. 273).

Este processo que a autora situa acima, relata o fato de que todas as crianças, inclusive as com síndrome de Down e as demais com alguma deficiência, tem o direito de aprender, de está incluso e ser participante ativo da sala de aula, onde a professor compreende seus alunos e consegue atendê-los, percebendo suas necessidades, promovendo o ensino-aprendizagem. Vale salientar que este processo ao qual as crianças com Síndrome de Down estão inseridas requer um atendimento especializado, este é obrigatório em todas as instituições, pois com a parceria de um profissional especializado o trabalho docente se dará de forma mais consistente.

Bueno (1998), especialista brasileiro na área de educação especial, nos mostra que:

A educação especial tem cumprido, na sociedade moderna, duplo papel de complementariedade da educação regular. Isto é, dentro de seu âmbito de ação, atende, por um lado à democratização do ensino, à medida que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos professos regulares de ensino; por outro lado, responde ao processo de segregação da criança ‘diferente’, legitimando a ação seletiva da escola regular (BUENO, 1998, p. 71).

O autor observa que por vezes é desconhecida a capacidade de alunos com deficiência, fazendo-os serem integrados a sala de aula regular, sem que se reconheça as necessidades dessas crianças para que se dê de forma significativa, estas precisam e tem direito de participar assiduamente de todas as propostas na sala de aula e também das atividades escolares, se a nossa lei brasileira consolidou a união de crianças com deficiência, seja esta qual for, a sala de aula regular, esta lei deve ser cumprida de modo que as crianças sejam incluídas verdadeiramente.

1.1 – A INCLUSÃO E AS LEIS BRASILEIRAS

As necessidades de se conhecer as leis brasileiras que promovem a inclusão é fundamental, por isso esse tópico não surge por acaso, as políticas públicas dentro das leis, veem dar conta das demandas educacionais para a inclusão de criança deficientes, inclusive as que possuem síndrome de Down; as lutas foram constantes para o reconhecimento da inclusão, as leis não vieram a surgir de boas vontades políticas, os esforços de sujeitos que lutam por seus direitos foram a peça chave para a garantia da inclusão dos deficientes em salas de aulas regulares.

Historicamente no contexto, as crianças com deficiências são tidas como cidadãos incapazes de aprender em escolas e salas de aulas comuns, a falta de leis para reger e organizar este tipo de educação traz para o nosso contexto social a exclusão, pois essas diferenças vêm sendo abordadas como seres que “atrapalham” a sala de aula no geral, por esses motivos, tantos preconceitos surgem, e as portas das escolas se fecham para os incomuns. As leis propostas para educação inclusiva tentam realmente incluir, isso significa adicionar algo para que este algo se torne um todo, porém, muitas vezes não acontecem isto em escolas ditas inclusivas. Em constantes debates no II Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior em 1997, relata que:

A escola inclusiva objetiva: a) integração da criança com necessidades educacionais especiais à comunidade; b) possibilitar que essas crianças atinjam seu potencial máximo no processo de aprendizagem, ampliando suas capacidades na classe comum; c) privilegiar as relações entre todos os atores

sociais da escola, através da colaboração e cooperação, ouvindo a todos os atores sociais envolvidos no cotidiano escolar; d) estabelecer mudanças de papéis e responsabilidades: a escola deve ser flexível adaptando-se aos discentes; os docentes são vistos como fundamentais para o processo ensino-aprendizagem, sendo importante também a parceria com os pais... (OLIVEIRA, 2004, p.76).

A educação inclusiva tem uma proposta bastante clara que democraticamente daria conta do processo de inclusão a ser vivida no cotidiano escolar, esse processo está sempre ligado ao contexto de ensino/aprendizagem, onde a diversidade é foco e ganha vez dentro da sala de aula, promovendo o crescimento individual de cada indivíduo inserido na sala de aula e também na escola em bases gerais, os docentes são tidos como fundamentais neste processo de ensino/aprendizagem que promove a inclusão. Ainda nos debates do II Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior, traz que:

...e) utilizar estratégias baseadas em pesquisas e novas formas de avaliação que devem ser estabelecidas para atender as necessidades especiais discentes; f) possibilitar acessibilidade a escola, através da eliminação das barreiras arquitetônicas; g) possibilitar aos atores da escola continuidade no seu processo de construção/produção do conhecimento; h) fornecer condições adequadas ao trabalho técnico e docente da escola para implementação da política de inclusão (OLIVEIRA, 2004, p.76).

Bem propício discutir os tópicos acima descritos, pois não é somente falar em inclusão, a escola precisa possibilitar que a mesma aconteça, analisando como avaliar estes discentes, como preparar os docentes para essa realidade cotidiana, fazendo-os propor um trabalho satisfatório e adequar o ambiente para a recepção dos especiais, a instituição atual não é inclusiva apenas por abrir as portas para os alunos com necessidades especiais, mas fazê-los incluídos a todo instante, metodologia escolar, propondo em todas as circunstâncias que haja aprendizagem.

Na lei de nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, esta trata da política nacional de integração da Pessoa Deficiente, regulamentada através do decreto 3.298/99, encontra-se o artigo de inserção social:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício aos seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico (BLATTES, 2006, p.23).

As pessoas com deficiência estão acobertadas pela lei, porém por vezes, esses direitos lhes são negados, quando lhes negam seus direitos, estão lhe tirando a oportunidade de exercer suas funções sociais, de integrarem a sociedade, e o seu bem estar não é levado em consideração, por isso que as leis que nosso país aborda, depois de tantas lutas pela igualdade, são fundamentais para promover a inclusão. No documento oficial a LDB 9394/96, nos mostra no Art. 3º sobre como o ensino será

ministrado no I traz que: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, este ponto é bastante abrangente para nosso trabalho, pois a lei acoberta a igualdade para todos, incluído os alunos com Síndrome de Down a estarem inseridos na escola em plenas condições de acesso.

Ainda na LDB, “Art. 4º. III. atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;” neste artigo a abordagem é esclarecedora quando nos fala que na rede regular de ensino, ou seja, na escola regular, os alunos com necessidades especiais terão atendimento especializado, este não deve ser interpretado como fora da sala de aula regular, mais além de estar na sala de aula regular, os estudantes especiais necessitam de atendimento especializado para um melhor desenvolvimento cognitivo e pessoal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8069/90, constata que: “Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” No ECA os alunos com Síndrome de Down, como qualquer pessoas com necessidade especial, possuem seus direitos acobertados com total proteção cabe a nós lutarmos por esse respeito, direitos fundamentais de qualquer ser humano.

1.2 – DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação inclusiva em suas diretrizes pedagógicas pressupõe novas relações de modos de aprender e relações sociais que valorizam a diversidade em atividades diferentes, respeitando espaços e formas de aprendizagem, considerando as diferenças e acreditando que elas possibilitam aprendizagens em todas as circunstâncias. As diretrizes curriculares é um documento relevante para se estudar a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, o mesmo foi criado em 1998, e incluído aos Parâmetros Curriculares Nacionais, criado juntamente com a Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação Fundamental.

O art. 227 trata das necessidades da “criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental”. (p.10). Todos os demais decretos e leis fundamentam a educação escolar como espaço de inclusão, onde todos sejam acolhidos, de acordo com suas necessidades, seja reconhecido em suas

questões subjetivas, sua dignidade e identidade, onde o sistema de ensino prepare-se para recebê-lo, resgatando seu contexto histórico e social, onde os comprometimentos dos poderes administrativos possibilitem uma política de inclusão.

Na Declaração de Salamanca, firmada em 1994, na Espanha, e a Declaração Mundial de Educação para todos, em Jomtiem, Tailândia, 1990, esses documentos, norteiam a política de educação inclusiva para as pessoas com necessidades especiais, assim a adotar essa política inclusiva no Brasil, traz conceitos de inclusão o qual devemos seguir, as mesmas ressaltam a necessidade de um sistema educacional que permita uma pedagogia onde a criança é o foco, pois a criança não deve se adequar ao sistema educacional, é o sistema educacional que deve se adequar para atender a essas crianças e atualmente a Declaração de Salamanca (1994), nos constata que é o sistema de ensino deve se adequar para atender essas crianças. A declaração ainda afirma que:

Todas as crianças têm direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível adequado de conhecimento.
Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias. Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.
As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades. (UNESCO, 1994).

Essa declaração, fez com que a educação fosse permitida a todos de maneira igualitária, onde proporciona a todas as crianças, seja elas quais forem, os mesmos direitos, e que a discriminação não aconteça, pois ela fortalece o respeito mútuo e que o sistema educativo beneficie a todos, a fim de proporcionar inclusão e educação efetiva.

A declaração de Salamanca (1994) também respalda que:

Educação inclusiva: Capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, especialmente aqueles que são portadores de necessidades especiais.
Princípio da inclusão: Reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à "escola para todos" - um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais.
Toda pessoa tem o direito fundamental à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem.
(Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br>).

Os pontos acima citados vem nos mostrar o que a educação inclusiva e seus princípios reconhecem os alunos com necessidades especiais e sempre atenuam para que estes sejam reconhecidos, e que mantenha a aprendizagem sempre em foco.

O DNEE (Diretrizes Nacionais para Educação especial) historicamente relata os fatos de exclusão, e entre os excluídos estão os deficientes, esse documento aborda a necessidade do currículo escolar reconhecer as crianças com necessidades especiais, envolvendo o processo de inclusão, o mesmo ainda aborda três princípios essenciais para serem adotados pela escola “a prevenção da dignidade humana; a busca da identidade; o exercício da cidadania”, pois sem esses princípios não é possível existir escola.

Assim é a escola que oportuniza a essas crianças uma vida mais significativa, e é da escola que se espera a mudança a postura ética e política de reconhecimento a diversidade, que propõe o crescimento e reconhece a realidade do outro, refazendo ideais e conceitos.

CAPÍTULO II

A SÍNDROME DE DOWN E SUAS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E FÍSICAS

A Síndrome de Down acompanha várias pessoas no mundo atual, não é uma doença cromossômica e autossômica. Segundo Pueschel (2007):

A primeira descrição que presume-se tinha síndrome de Down foi fornecida por Jean Esquirol em 1838. Logo a seguir em 1846, Edouard Seguin descreveu um paciente com feições que sugeriam a síndrome de Down, denominando a condição de “idiotia furfurácea” em 1866 Duncan registrou uma menina com uma cabeça redonda, olhos parecidos com os chineses projetando uma grande língua e que só conhecia algumas palavras... (PUESCHEL, 2007, p.48).

A criança com Síndrome de Down foi descrita da maneira acima, até que Down através de estudos explicou que:

... Naquele mesmo ano John Langdon Down, publicou um trabalho, no qual descreveu algumas das características da síndrome que hoje leva o seu nome. Down mencionou: O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é achatado e largo, os olhos posicionados em uma linha oblíqua. O nariz é pequeno. Estas crianças tem um poder considerável para a imitação (PUESCHEL, 2007, p.48).

Down foi coerente em suas explicações, ele pode descrever essa síndrome em seus estudos, porém o mesmo usou na época o termo “mongoloide” que foi definitivamente evitado, pois propunha preconceitos e insultos. Pois embora ter deficiência mental, é um ser humano capaz de aprender e participar da sociedade, ainda seguindo Pueschel (2007, p.50), “nos meados de 1950, permitiu o estudo mais preciso de cromossomos humanos, levando a descoberta Lejeune, a mais de 30 anos de que a criança com síndrome de Down tem um cromossomo 21 extra”.

Estudos já constataram que mulheres acima de 35 anos estão mais aptas a gerarem filhos com síndrome de Down, esta é uma alteração genética que ocorre na formação do feto mais especificamente no período de divisão celular. A maioria dos casos de pessoas que possuem a trissomia do 21 é causada pela não-disjunção, resultando em um cromossomo extra, o cromossomo 21. Segundo Thompon:

As características comuns da síndrome de Down são maiores que as diferenças raciais, o aspecto facial é tão típico nos pacientes com trissomia

do 21 que, tendem a ter feições mais semelhantes com outros pacientes com a trissomia do 21 do que às de seus próprios irmãos (THOMPSON, 1993, p.24).

Assim, seguindo a linha de pensamento do autor podemos observar que as características das pessoas que possuem síndrome de Down são muito parecidas, elas se parecem umas com as outras, mais do que com seus próprios familiares. Geralmente, a síndrome está associada a algumas dificuldades de habilidade cognitiva e desenvolvimento físico, como a coordenação motora, o desenvolvimento lento da fala, as limitações neurológicas, e respiratórias, assim como de aparência facial. A compreensão de que a síndrome não se constitui em uma doença que tem tratamento, ou prevenção, é extremamente importante, ela é um acidente genético com a presença de um cromossomo extra, os pais assim como a escola devem perceber que as crianças com síndrome de Down, podem e devem fazer tudo que as outras crianças fazem, porém a compreensão que esse trabalho é mais lento é fundamental, elas poderão correr, brincar, comer e se envolveram plenamente com a escola, a família, algumas dessas crianças poderão aprender a ler e escrever, e a maioria desenvolvem muito carinho pela escola e adoram músicas e atividades que movimentam o corpo.

Cada pai e mãe certamente terão um choque em receber um filho com síndrome de Down, e vão ter que aprender o que a síndrome carrega consigo, o mais chocante segundo Canning (2007, p.25,) “a Síndrome de Down ocorrem uma vez em cada 800 a 1.110 nascimentos, e certamente vão se questionar, porque justo comigo”. Porém essa questão vai ser respondida com o tempo, através de informações para compreender a síndrome de Down, os pais vão se sentirem inseguros, mas vão aprender a lidar com seus filhos e confiarem em suas capacidades, contar com mais pais de crianças com síndrome de Down é um meio bastante confortável, pois as experiências trocadas podem beneficiar a todos.

A escola vem a ser a segunda instituição que a criança com síndrome de Down passa a frequentar diariamente, esta, por sua vez também necessita entender do que se trata a síndrome de Down, e saber planejar como trabalhar com esta criança, já que a síndrome acarreta a criança a ter tempos bem diferentes de aprendizagem e de desenvolvimento das demais da classe. Ter um planejamento diário que envolva o sujeito em diversos trabalhos, para o desenvolvimento social, afetivo, motor e o da linguagem, quanto maior a estimulação para o desenvolvimento, mais serão as aptidões que os alunos conquistaram para seu desenvolvimento próprio.

Opções de lazer favorecem gradativamente os desenvolvimentos das crianças, segundo Murphy (2007, p.42) “ao selecionar as atividades de lazer, um dos principais objetivos deve

ser o de que a criança possa aprender algo sobre a participação em grupo e de como oferecer apoio e solicitar dos seus pares, bem como ele possa se divertir”. Assim, cabe a escolar aprofundar seus estudos e possibilitar formações para que cada criança possa ser incluída e verdadeiramente e participe do processo de ensino aprendizagem na escola, onde o processo pedagógico garanta a aprendizagem dos sujeitos. A heterogeneidade é um elemento que proporciona esse fazer pedagógico com qualidade inclusiva, pois lidar com as diferenças permite aos docentes e discentes aprendizagens mútuas.

A Síndrome de Down, portanto, vem cada vez mais atingindo pessoas e a necessidade de estudá-la para compreendê-la é fundamental, pois tratamos de pessoas que precisam muito de ajuda, e que cada ambiente que ela conviva possa lhe permitir aprendizagem. A influência do ambiente no desenvolvimento psicológico da criança ocorre basicamente através da experiência emocional do sujeito, pois a experiência que o sujeito tem com o ambiente pode agir de maneira significativa ou não no sujeito, onde sua experiência vai lhe proporcionar o desenvolvimento, influenciando na percepção das crianças.

2.1 A SÍNDROME DE DOWN E SUAS RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM

A aprendizagem de uma criança é uma questão a se discutir, e a criança com síndrome de Down não se difere, precisamos repensar nossos conceitos de aprendizagem quando falamos em crianças com síndrome de Down, já que a mesma acarreta um déficit mental, segundo Kozma (2003):

As crianças com síndrome de Down têm deficiência mental, isto é, aprendem mais lentamente e têm dificuldades com o raciocínio complexo e o juízo crítico. O grau de deficiência mental, no entanto, varia imensamente. Seu bebê aprenderá e o que ele aprender não será “perdido”. De maior importância, lembrem-se, é que tanto as habilidades intelectuais quanto as sociais de crianças com síndrome de Down são maximizadas, quando são criados em um ambiente de apoio, com suas famílias (Disponível em: <http://www.larpsi.com.br>, KOZMA, 2003, p.17).

Como ressalta-se acima, as crianças possuem sim limitações e estas devem ser respeitadas, a síndrome de Down faz com que as crianças tenham dificuldades para aprender a falar, fazer atividades que lhes exija equilíbrio corporal, reconhecer letras e/ou palavras, escrever, entre outras atividades que sempre são desempenhadas no cotidiano escolar, porém cada conquista é um obstáculo superado para as mesmas, sua aprendizagem deve ser avaliada diferentemente, de acordo com sua evolução individual, sem que meros conteúdos ganhem força para analisar que a criança com síndrome de Down aprendeu ou não, pois sua

progressão será totalmente diferente das demais crianças, porém essas limitações não devem estar posta contra a criança, ela deve e necessita conviver com outras pessoas, se sentir capaz e se desenvolver ao máximo.

Atividades dinamizadas e inclusivas podem proporcionar as essas crianças um contato maior na relação com a aprendizagem, aprender para elas é fundamental. As pessoas que se envolvem com as crianças com síndrome de Down precisam proporcionar aprendizagens e ambientes significativos para as mesmas, sejam essas pessoas os pais, os professores, os irmãos, colegas de classe, ou gestor escolar, todos os ambientes devem e podem proporcionar aprendizagens, onde o foco seja o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

Uma ferramenta importante para que a aprendizagem ocorra, com as crianças que possuem essa síndrome, ou não, é o uso de jogos, pois sua intensidade, e seu poder de atratividade, acarreta consigo a capacidade a ajudar as crianças a pensarem, agirem reconhecerem e dominar certos conceitos, Huizinga (1971, p.4) nos afirma que “(...) o divertimento do jogo, resiste a toda análise e interpretações lógicas”, assim podemos reafirmar o que antes foi dito, pois se a intensão for a aprendizagem da criança, ela pode acontecer de diversas maneiras e desde que exista esforço e preparação, tudo que se pode fazer por essas crianças devem e precisa ser feito, elas estão na sociedade para serem atuantes e possuem seus direitos acobertados, por isso se a criança conseguiu entrar na sala de aula regular, a sala de aula deve adapta para atender as especificidades dessas crianças.

Assim, as crianças com síndrome de Down se mostram aptos a aprender, não em um ritmo imposto, mas no seu próprio, de acordo com seu desenvolvimento, as pessoas que rodeiam essa criança devem sempre possibilitar aprendizagens, não tendo sentimento de pena ou pensamento de inferioridade para com esta criança, pois o fato é que a criança com Síndrome de Down aprende não conteúdos impostos, mas conteúdos e conceitos trabalhados a longo prazo, com uso de material concreto e atividades dinamizadas, a escola e a família são grandes responsáveis por essas aprendizagens.

Diante destes conceitos a inclusão escolar deve acontecer de fato e sempre buscando a qualidade, como trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3.INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

A educação é o principal meio usado para se conviver em sociedade, assim retirando de uma pessoa esse direito, está lhe negando o direito de se viver socialmente. É pela educação e principalmente pela escola que as crianças e as com necessidades especiais conquistam o direito de viver em sociedade, pois o fato de estarem inseridos na escola regular, não é a segurança de que o aluno está incluído.

A educação inclusiva não acontece no simples fato de matricular um aluno na escola como a lei determina, mas propor a esse aluno assistência. A verdadeira visão de inclusão não é a de moldar um aluno para adaptar-se à escola, mas de adaptar a escola as necessidades do aluno, propondo um pensamento crítico a todos que compõem a escola diferindo os conceitos de incluso e integração, segundo Schmid (2010):

A definição no dicionário a palavra integração é o ato de integrar, assimilação. Já a palavra inclusão tem como significado ato ou efeito de incluir. (...)Incluir significa respeito a diferença, um reconhecimento acerca das impossibilidades do sujeito do sujeito diferente, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, uma mudança do foco para suas potencialidades, as quais serão enfatizadas prioritariamente (SCHMID, 2010, p.45).

Acreditamos que a inserção na escola desses alunos está acontecendo em algumas escolas, o que é um grande avanço em nosso sistema escolar, o desafio é, no entanto, está com esses alunos nas salas de aula regulares e sejam verdadeiramente inclusos a turma com o objetivo de fazê-los aprender e interagir em todos do âmbito escolar. Assim, Dechichi e Silva (2008) mostram que:

[...] o enfrentamento de desafio de trabalhar na/para diversidade, de um lado implica em uma relação de equipe, de conjunto, de completude, de compartilhar experiências e, que, de outro lado outorga a possibilidade de dar soluções criativas a problemas comuns, criar laços de apoio, respeito e aprendizagens das experiências dos outros (DECHICHI, SILVA 2008, p.204).

De fato como as autoras afirmam trabalhar para inclusão dos alunos com síndrome de Down é trabalhar para diversidade e na diversidade, e essa troca de experiências entre as escolas e docentes, esse apoio pode ser um grande fator para fazer com que a inclusão seja promovida com sucesso, é necessário lutar para a inclusão dessas crianças, elas tem direitos, possuem também limitações que devem ser respeitadas, porém são seres humanos e tem suas competências. O fato de se ter uma deficiência não se pode gerar a exclusão, a verdadeira

inclusão é aquela que promove a participação ativa dos alunos e os permitem apropriar-se do processo de ensino aprendizagem.

“O movimento pela inclusão envolve desafios porque exige um redimensionamento, uma reestruturação da escola, de maneira a promover mudanças nos ambientes educacionais” (MARTINS, 2010, p.116). De acordo com a autora e seu pensamento crítico-reflexivo, pode-se afirmar que a mudança é a peça chave para inclusão, os ambientes educacionais precisam ser adaptados as diferenças, e estas serem compreendidas como questões políticas, todos os educandos precisam de uma pedagogia diferenciada para avançarem, e para que a inclusão possibilite avanços individuais e promova o respeito a todos os deficientes.

Tratamos de um inclusão de modo geral o os alunos com Síndrome de Down possui suas limitações, mas sua inclusão é essencial, a instituição precisa adaptar-se ao aluno com essa síndrome, compreendendo seus interesses, seu modo de agir, e suas necessidades, o educador precisa conhecer seu aluno mais de perto, pois, conhecendo seus alunos e pode aperfeiçoar suas práticas, obtendo êxito na tarefa de ensinar, propondo uma inclusão, onde a criança que possui Síndrome de Down sinta-se acolhida, importante e parte da sala de aula, permitindo aprendizagens mútuas que estas crianças não estejam incluídas apenas para um mero cumprimento da lei.

Vale salientar a necessidade que a instituição disponha de um profissional que ajude o docente a analisar suas práticas e compreender as necessidades dos seus alunos, pois é extremamente necessário lidar com a heterogeneidade, pois é na diversidade que os alunos a serem incluídos as salas de aula regular vão participar do exercício de ensinar e aprender, e a escola é a principal maneira de alcançar esse objetivo, pois ela é disseminadora de uma cultura, e essa é sua principal função. Porém o exercício de ensinar e aprender nem sempre acontece para todos os envolvidos na sala de aula e esse é um desafio na sociedade atual.

Segundo Rodrigues (2003):

A lógica da heterogeneidade traduz-se pelo reconhecimento e aceitação das diferenças individuais entre os alunos. São diferentes suas motivações, expectativas e interesses quando iniciam a escolaridade, assim como são diferentes seus conhecimentos, vivências e experiências prévias. E se as diferenças resultam de características físicas, étnicas, culturais ou socioeconômicas são imediatamente visíveis e evidentes, o mesmo não se poderá afirmar das características cognitivas, ou seja, o estilo, o ritmo e os percursos preferenciais de aprendizagem ou o tempo necessário para aprender e os modos mais eficazes e fazê-lo (RODRIGUES, 2003, p.14).

Assim, diversidade é a palavra mais usada para falarmos de inclusão, e na citação acima confirmamos as necessidades de compreender sobre seus alunos, pois mesmo com

deficiência o aluno irá aprender, obviamente que em seu ritmo, mas quando o ensino/aprendizagem tiver sendo realmente efetivado na vida do mesmo, o docente irá sentir que está cumprindo seu papel e também garantido que a inclusão aconteça.

A família é peça chave no processo desencadeador de inclusão, ela deve buscar junto com a escola meios facilitadores para a aprendizagem, buscando sempre se informar sobre as crianças e seu desenvolvimento e as acompanharem em casa reforçando o processo de aprendizagem. Os pais devem acompanhar de perto os seus filhos e buscar qualidades na inclusão, pois se necessita de qualidade no ensino para qualquer criança, e com as de síndrome de Down não é diferente, não se pode prever o que a criança irá aprender e com que rapidez, porém que elas estejam sendo observadas, cuidadas, valorizadas, respeitadas e que estejam em constantes desenvolvimentos e que finalmente estejam incluídas na sala de aula regular.

3.1 PRÁTICA DOCENTE

A prática docente é parte indispensável no processo de inclusão das crianças com síndrome de Down, pois a educação é essencial no desenvolvimento dos seres humanos e a prática docente está ligada a educação como proposta de melhorias para o ensino, assim Freire (1997) diz: “Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (FREIRE, apud. MÜLLER, 2007 p.15). Paulo Freire vem constatar o processo de ensino aprendizagem, como realmente ele é, ressaltando que se um aluno com síndrome de Down incluso no ensino regular não participa do processo de aprendizagem, onde o professor não usa de sua prática docente para integrá-lo no contexto escolar, o professor não está cumprido seu papel, isso remete a dizer que o docente não está ensinando, assim nos questionamos: qual a prática que o docente está utilizando em sua sala de aula com os alunos que possuem síndrome de Down?

Incluir os alunos com síndrome de Down à escola não é uma tarefa fácil, pois essa inclusão requer um preparo para se trabalhar com essas crianças, onde o conhecimento da síndrome, suas possibilidades e suas limitações esteja presente no conhecimento de todos que compõem a escola, desde o gestor, professor e auxiliar, pois para receber essas crianças é necessário atender todas as suas necessidades, onde elas consigam se desenvolver de forma significativa e não estejam na escola somente para que uma lei seja cumprida.

Segundo Bueno (1998):

O que se deve ter em mente é que para inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado [...] (BUENO, 1998, p. 15).

O autor aborda o potencial da prática docente em meio aos desenvolvimentos das crianças com alguma deficiência, as crianças com síndrome de Down necessitam que a escola e principalmente a prática docente que se adeque a ela de acordo com suas necessidades, o docente necessita apropriar-se de seu dever, analisar, mudar suas atitudes e sua metodologia de ensino até que as crianças tenham êxito em sua aprendizagem. Freire (1996) conceitua a prática docente da seguinte maneira:

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura com o outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. (...) O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento da história (FREIRE, 1996, p.136).

Um dos elementos principais na sala de aula é que a mesma deve ser significativa para todos os envolvidos, e ela deve acolher afetivamente a todos, incluindo verdadeiramente os educando independentemente de suas limitações. A questão para refletir é como uma aula seria significativa para um aluno com síndrome de Down? Assim, o que norteia essa questão é a abertura que o docente se permite de mudar, de estudar e alcançar os objetivos com todos os sujeitos da sala de aula.

Essa prática docente é fundamental para incluir os alunos buscando cada vez mais o companheirismo, o aperfeiçoamento de suas ações o docente está possibilitando que os alunos com síndrome de Down comecem a se engajar verdadeiramente na sala de aula e suas aptidões irão aparecendo e mostrando suas capacidades, evidentemente que os alunos com síndrome de Down não se apropriaram dos mesmos conhecimentos dos demais, porém ele conseguirá ir muito longe e superar suas limitações.

Promover então formações para docentes aperfeiçoarem suas práticas é importantíssimo, nos ressalta Müller (2007) que:

[...] as mudanças necessárias a uma prática mais condizente com os tempos atuais, não dependem apenas de conhecimentos pedagógicos modernos, nem de recursos e metodologias específicas, mas estão na dependência direta da reorientação de atitudes dos envolvidos mais diretamente na difícil tarefa de ensinar (MÜLLER 2007, p.16).

O docente tendo visão de sua responsabilidade mudar a realidade atual de uma inclusão repleta de falhas, pois ensinar como diz a autora é uma tarefa difícil, porém é a atividade capaz de modificar o contexto escolar de crianças com necessidades especiais, a busca de materiais que ajudem na metodologia da sala de aula é um ponto forte para ensinar a essas crianças, principalmente as com síndrome de Down, que por sua vez tem uma dificuldade enorme, na linguagem, na escrita e na mentalidade, dependendo do grau de sua síndrome, mas essa criança aprende sim, porém com a ajuda intensificada do docente, que possibilita a aprendizagem significativa à mesma.

Para se pensar uma prática docente eficaz existe uma necessidade de formação, onde é um direito do docente e dever da escola oferecer essas formações dando subsídios significativos para se trabalhar com alunos em suas diversidades e deficiências.

3.2 - ELEMENTOS DA PRÁTICA DOCENTE QUE CONTRIBUEM OU NÃO PARA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Quando esse tema é abordado estamos tratando da relação que o ensino e a aprendizagem dependem muito da prática docente, pois a mesma interfere cotidianamente na vida discente e ao encontrar alunos com síndrome de Down na sala de aula, a prática docente irá sofrer interferências e para que a mesma tenha significado na vida desse aluno é necessário um replanejamento, visando a política de inclusão.

Todas as profissões passam por mudanças constantes de acordo com as transformações sociais, a partir dessas transformações novos conhecimentos vão surgindo constantemente e o educador deve estar apto para receber essas mudanças, respondendo as demandas educacionais, onde a sua prática docente passará por modificações para assim desenvolver-se com mais qualidade.

Já foi dito nos capítulos anteriores que o aluno com síndrome de Down tem condições de aprender, a seu modo e ritmo, ao assumir a docência o educador aceita a tarefa de educar, ensinar e fazer aprender, ou seja, progredir. Romão (2008) aborda:

Na atuação pedagógica deve ser acrescentada, a dimensão educativa, que lhe é imputada por força de sua própria definição institucional. O professor é um educador [...] e, não querendo sê-lo torna-se um deseducador. Professor instrutor qualquer um pode ser, dado que é possível ensinar relativamente como se sabe; mas professor/educador nem todos podem ser, uma vez que só se educa o que se é! (ROMÃO, 2008, p.61).

Diante da concepção de professor/educador, percebe-se a dimensão da função que assume-se ao decidir-se pela docência e na sala de aula o professor deve cumprir o seu papel fundamental, que é ensinar aos discentes, fazendo-os integrantes da sociedade moderna, onde atualmente a aprendizagem é constante, diferentemente da visão antiga que no aluno era depósito de conhecimento, pois na concepção construtivista na sala de aula acontece a troca de saberes e a aprendizagem se tornando significativa na vida de cada sujeito inserido na sala de aula, incluindo totalmente a todos.

A prática docente inclusiva promove na sala de aula um verdadeiro espaço de ensino e aprendizagens, o professor é mediador do conhecimento e com suas pesquisas e estudos o mesmo conseguirá exercer sua função docente de modo inclusivo e compreendendo como intermediar com os alunos com síndrome de Down fazendo-os sujeitos participativos e ativos do contexto escolar e principalmente do contexto social.

O foco está no aluno com síndrome de Down e estes tem um perfil de aprendizagem específico com suas características, diversificado, pode destacar-se em uma determinada disciplina, tem idade cronológica diferente de idade funcional, assim, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta das crianças sem a síndrome. Diante disto Schwartzman (1999) aponta que:

O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

Quando o docente está ciente de como acontece a aprendizagem desse educando, o planejamento e a prática docente ganham novos significados e sem sombra de dúvidas acontecem mudanças. Práticas facilitadoras para a aprendizagem entre muitas, são as que tem foco visual, as crianças com síndrome de Down, imitam o comportamento e gestos, e aprendem de modo significativo com atividades práticas, como dança, música, entre outros.

A dificuldade na aprendizagem ocorre principalmente por essa falta de maturidade da criança com síndrome dificulta as funções mentais. Os limites são imensos, no entanto não há um padrão que determine como a criança aprenda ou não, e a luta é constante, é um desafio em nossa realidade educativa, e como é crescente o número de crianças com síndrome de Down, a escola deve acolhê-las e ajuda-las de modo que a aprendizagem aconteça.

Um dos principais recursos para que a aprendizagem dessas crianças aconteça é a formação docente nessa área, pois sabemos da defasagem que o sistema escolar comporta

como falamos em formação e principalmente em formação continuada para lidar com as necessidades especiais. Esse tema, trataremos no capítulo posterior que vem abordar as formações docentes.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA OS DOCENTES QUE TRABALHAM COM ALUNOS QUE POSSUEM SÍNDROME DE DOWN

A formação e atuação docente é uma questão que constitui as políticas públicas. Quando tratamos sobre qual é o profissional da educação, obviamente a resposta é unânime: o professor, e esse ser profissional docente vem a cada dia sendo mais desvalorizado em nossa sociedade, a categoria vem lutando por formações, condições de trabalho e questões salariais. Ao término da formação inicial, ainda se possui uma defasagem para se trabalhar com a educação especial, necessitando assim de formações continuadas para o aperfeiçoamento da prática docente.

O curso de formação é necessário para atuação docente, porém ele não é suficiente para atender todas as demandas educacionais, pois nas salas de aulas abarcamos uma diversidade de sujeitos e precisamos estar aptos para lidar com todos e principalmente quando esses sujeitos possuem necessidades especiais, cada docente necessita de formação adequada para trabalhar corretamente com esses alunos, e a formação oferecida pelas escolas é fundamental, uma formação continuada, pois os problemas não acabam e as necessidades tanto do professor como do alunado são constantes.

Na atuação pedagógica, a maioria dos docentes destacam a falta de recursos e formação para se trabalhar com crianças especiais, pois há uma necessidade de se conhecer a deficiência e suas limitações. Sendo assim alguns profissionais da educação colocam a culpa na formação, pois:

Os professores alegam (com toda razão) (*grifo da autora*) que em seu curso de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2010, p. 27).

É um grande desafio se trabalhar com essa diversidade, pois a formação é insuficiente para o aprimoramento contínuo da prática pedagógica, como dito na citação, muitos cursos não oferecem nem a formação inicial para se trabalhar com alunos especiais, mas alguns cursos já dispõem de componentes curriculares nessa área, contudo ainda não é suficiente pela sua curta duração. Além do desafio da falta de formação ainda temos a questão de falta de apoio pedagógico para auxiliarem em determinados assuntos sobre as deficiências. Sem base,

nem suporte, muitos professores, por vezes ficam sem saber o que ensinar e como ensinar ao aluno com deficiência, pois as atividades devem estar adaptadas ao que o sujeito especial necessita aprender.

Assim sem a eficiência devida na formação inicial e a continuidade da mesma, Amaral (2002) aborda:

Em nome de sua autonomia suprimiram-lhes o auxílio de supervisores pedagógicos e orientadores educacionais; em nome da contextualização roubaram-lhe as referências curriculares não lhes ensinaram como ensinar: como planejar, como estabelecer objetivos, como selecionar estratégias para alcançá-los, que etapas seguir como organizar seus tempos e espaços. A alguns foi negado até mesmo o que ensinar. (AMARAL 2002, p. 138).

Contudo, podemos perceber que muitos direitos são negados ao educador, e como ele será capaz de desenvolver seu papel na sociedade onde lhes impendem de desenvolver coerentemente? As formações que tanto lhes negam são observadas na maioria dos cursos, como pedagogia, por vezes se tem muita teoria, e ao encontrar-se com a prática na sala de aula, para se conseguir estratégias onde os alunos aprendam lhes faltam subsídios, principalmente porque a heterogeneidade se faz presente cada vez mais, e se falta aos docentes práticas necessárias para formar crianças sem deficiências, podemos imaginar como lhe dar com deficientes, e com síndrome de Down que é uma deficiência que afeta de modo significativo a mente dos mesmos.

A docência tem suas funções claras, e os cursos de formação e formação continuada precisam oferecer subsídios para a efetivação da mesma, e ainda cada docente com sua visão educativa precisa compreender que às vezes fornecem visões distorcidas sobre o trabalho docente, pois não acrescenta muito a prática docente, e às vezes nada, fazendo com que a visão que o mesmo tenha sobre formação é que ela seja uma perda de tempo, o cumprimento de uma demanda. Daí a necessidade de que as formações tenham a sua frente pessoas que realmente compreendam a verdadeira função educativa, mostrando o real motivo para que aconteçam as formações, como um investimento para o aperfeiçoamento profissional, propondo que o docente adquira mais competências o que obtenha êxito no desempenho de seu papel, com crianças sem e com deficiência, seja esta qual for, pois a necessidade é formar-se pedagogos para a diversidade, heterogeneidade.

A sala de aula é um espaço de constantes aprendizados, portanto de constantes práticas de ensino e aprendizagem.

A relação pedagógica é um conjunto de relações humanas, sociais, históricas e profissionais que se estabelecem entre o professor, o aluno e o conhecimento (conteúdo cultural). Esse conceito envolve outras dimensões

do processo didático que permeiam a aula. Cordeiro (2007) três dimensões de capital importância para a relação pedagógica: linguística, pessoal e cognitiva. (VEIGA, 2008, p.293)

A relação do professor, aluno, prática pedagógica, aprendizagem, formação e formação continuada entrelaçam-se e só propõem significância juntas, desempenhando seu papel, originando a efetivação do trabalho docente, pois é muito mais do que técnica a serem aprendidas para poder ensinar e as formações tem a função de fornecer subsídios necessários a uma prática, e quando não ocorre essas formações o professor é um mero instrutor, em busca de elementos que lhe auxiliem, pois não possui formação adequada para criar. Veiga (2002):

Relação entre formação inicial e continuada – significa integrar, no próprio currículo da formação inicial, professores já atuantes, que desde logo se tornaram agentes da formação dos futuros docentes. A formação inicial deve fornecer ao futuro professor uma sólida bagagem nos âmbitos científica, cultural, social, pedagógico para o exercício profissional, ao passo que a formação continuada se centra nas necessidades e situações vividas pelos docentes. Nessa ótica, associa-se o conceito de formação identifica-se com a ideia de inconclusão do homem. A formação identifica-se com a ideia de percurso, processo, trajetória de vida pessoal e profissional. Portanto, há que se pensar também na formação dos professores em exercício da profissão, na sua formação inicial e continuada. (VEIGA, 2002, p. 81)

Assim a formação é parte integrante da docência visa o crescimento educacional como um todo, cada formação deve promover a inclusão e as mudanças culturais, o profissional da educação deve estar ciente de todas as suas responsabilidades e direitos, fazendo de cada estudante um ser ativo e participante de todos os processos educativos. Procurando aperfeiçoamento de suas práticas, para dar conta de uma sala de aula heterogênea que visa o desenvolvimento de todos os educandos de forma igualitária. E só através de formações continuadas, seja esta proposta pelas políticas públicas ou promovida pela rede de ensino, pois é extremamente necessário reconhecer sua importância para proporcionar o crescimento educacional.

CAPÍTULO V

CAMINHO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, trabalhando-se com a realidade, e a análise de conteúdo, tem o foco na investigação para a compreensão da prática docente no processo de inclusão com as crianças que possuem Síndrome de Down em sala de aula regular, primeiramente através de observações no campo de pesquisa com professores do ensino infantil e fundamental em suas respectivas salas de aula que possuam alunos com síndrome de Down, uma escola estadual e em duas particulares, no município de Cachoeirinha- PE, nestas identificamos alunos com Síndrome de Down na sala de aula regular, selecionamos estas escolas pois, existem nessas instituições, crianças com Síndrome de Down, tanto no ensino infantil, como no fundamental, e também profissionais que estão em formação na graduação, profissionais graduados e apoios pedagógicos diferentes, na escola estadual é oferecido atendimento a alunos com deficiências.

São poucas as crianças, mas suficientes para despertar nosso interesse por as mesmas, há somente quatro crianças, uma possui nove anos, outra com quatro anos e duas crianças com sete anos, características físicas, motoras e situações cotidianas parecidíssimas.

A análise proporcionará uma visão mais ampla das situações, propondo observar elementos presentes na convivência desses sujeitos, em suas relações com os colegas de classe, o processo de ensino-aprendizagem, interação social, e acessibilidade. A inclusão desses sujeitos como acontecem? E como a prática docente da conta da diversidade presente nesses âmbitos? E qual a qualificação profissional? Essas questões serão discutidas, no decorrer das análises.

Segundo André (1986):

A maior parte dos estudos qualitativos, o processo de coletas assemelha a um funil. A fase inicial é mais aberta, para que o pesquisador possa adquirir uma visão bem ampla da situação, dos sujeitos, do contexto e das principais questões de estudo (ANDRÉ, 1986, p.46).

A fase inicial da pesquisa será o processo de seleção de dados que contribuirão para a pesquisa de modo significativo, por isso esse modelo que Marli André propôs, assemelhado ao funil. Este é o nosso intuito, poder detectar os conceitos reais sobre os sujeitos envolvidos na pesquisa, práticas docentes e alunos com síndrome de Down, através da observação direta, detectar fatos que consigam contribuir para a pesquisa.

Após as observações há uma coleta de dados para enriquecer a pesquisa como, qual a metodologia usada para inclusão? Como são tratadas essas crianças? E as atividades os despertam diante de suas limitações para se portarem como cidadãos integrantes da escola e da sociedade que estão incluídos? Essas questões nortearam parte da pesquisa.

As entrevistas e aplicação de questionários também serão utilizados para que assim possamos dar conta dos objetivos específicos propostos na pesquisa, estas, aplicadas aos professores e gestores educacionais.

Ainda na perspectiva de cunho qualitativa, Oliveira (2007):

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do projeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observação, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2007, p.37).

Como Oliveira (2007) aponta acima, utilizamos como instrumentos de coleta de dados: entrevistas, questionários, observação participante e diário de campo, que possibilitou uma maior compreensão da pesquisa, a observação direta que permite uma análise mais concreta dos fatos.

A pesquisa para que aborde os dados coerentemente também contará com o diário de campo, para reflexões posteriores, permitindo uma reflexão diária dos dados. Segundo Laje (2005):

O diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo. É ainda, um instrumento de trabalho diário, e por isso mesmo um incansável e por vezes saturante trabalho, que exige disciplina, mas que proporciona ao próprio pesquisador (a) uma grande satisfação à medida que vai sendo construído e redescoberto a cada consulta que se faz dos passos dados. Tal como um álbum de fotografias, que nos leva ao reencontro das descobertas quotidianas (LAGE, 2005, p. 452).

O diário de campo em nossa pesquisa é de extrema relevância, pois permite analisar minuciosamente os fatos ocorridos seguindo as descrições que nele consta.

Com o intuito amplo para compreender o processo de inclusão dos alunos com síndrome de Down, pelos docentes que atuam na sala de aula do ensino regular, conhecer a perspectiva de inclusão que os docentes possuem, nas entrevistas e questionários a nossa pretensão é entender qual a visão docente sobre o assunto tratado, e quais as causas que levam que levam a determinados resultados dos alunos na sala de aula regular.

Segundo André (1986):

A grande vantagem da entrevista sobre as outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada praticamente com qualquer tipo de informante sobre os mais variados tópicos. (ANDRÉ, 1986, p. 34)

Outro instrumento utilizado na tentativa da compreensão de ensino-aprendizagem são os registros dos docentes, sendo estes os planejamentos diários onde se aborda como acontece a aula, e também as atividades realizadas pelos estudantes, pois esse tipo de material é um documento na coleta dados. Lüdke e André (1986):

Quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informações sobre o comportamento humano. (PHILLIPPS, 1974, p.187) Estes incluem desde as leis e regulamentos, normas pareceres, cartas monografias, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.38)

Contudo, acreditamos que esses elementos nos ajudarão a compreender como os alunos com Síndrome de Down estão sendo integrados nas salas de aula, e as práticas docentes que levam a essa inclusão, ou ainda se esses fatos não ocorrem nas mesmas, e por quais determinados motivos. A pesquisa apontará dados que favoreçam a essa compreensão.

Os profissionais escolhidos foram minuciosamente selecionados, pois suas experiências são diversificadas, uns gestores, outros educadores graduados e ainda com a graduação em andamento, todos com seus pontos de vista e suas inquietações profissionais, que nos proporcionaram uma visão abrangente sobre a questão de inclusão.

Vale salientar que os nomes dos sujeitos citados na pesquisa são fictícios, a fim de preservaremos a identidade dos envolvidos. Sujeitos e suas características explícitas no quadro abaixo:

Nome	Sexo	Idade	Tempo de Experiência Profissional	Formação	Atuação Escolar
Suely	Feminino	47 anos	25 anos/ 10 com EE*	Pós-graduada em Letras	Gestora da rede privada
Rosely	Feminino	45 anos	28 anos/8 com EE.	Pós-graduada em Gestão Escolar.	Gestora da rede privada

Laura	Feminino	23 anos	6 anos/ 4com EE.	Graduada em Pedagogia	Coordenadora e professora em sala de aula regular.
Júlia	Feminino	23 anos	2 anos/ 2com EE.	Graduanda em Pedagogia	Professora em sala de aula regular.
Maria	Feminino	37 anos	15 anos/3 com EE.	Graduada em Letras	Professora em sala de aula regular.
Manuela	Feminino	45 anos	28 anos/ 20 com EE.	Pós-graduada em psicopedagogia	Professora em sala de aula regular e profissional que atende CE**

*EE – Educação Especial.

**CE- Crianças Especiais.

Nas entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um roteiro elaborado para o desenvolvimento desse estudo, gravada em um aparelho celular, para assim relatar detalhes ocorridos nas entrevistas. O diário de campo, foi utilizado para descrever o decorrer das vivências cotidianas, também usufruímos dos dados de questionário, elaborado para solidificar os dados, os sujeitos envolvidos nas entrevistas e questionários, foram os gestores e professores, e nas observações o diário de campo aborda situações vividas com os alunos e professores.

Na análise de dados, nos utilizamos da análise de conteúdo, para interpretação dos dados, que seguindo a abordagem de Vala (2001, p.104) objetiva “efetuar interferências, com base numa lógica explicativa, sobre as mensagens cujas características foram inventariada e sistematizadas.” Assim algumas respostas, falas de sujeitos e atitudes curiosas foram analisados, descritos e interpretados no decorrer da análise de dados, tomando como ponto de

partida de nosso referencial teórico e as questões que permeiam o trabalho, visando uma abordagem ampla sobre o tema.

CAPÍTULO VI

6. DISCURSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Inclusão ou Integração? Processo de inclusão ou integração de crianças com síndrome de Down na sala de aula regular.

Nesse capítulo trataremos de analisar o processo de inclusão dos alunos com síndrome de Down na sala de aula regular, observando se as leis ditam as regras a serem seguidas na escola, se os profissionais da educação trabalham em busca dessa inclusão, onde o aluno com Down seja participante ativo na sala de aula regular, ou se a integração predomina e o aluno com Síndrome de Down é colocado em uma sala de aula, não é compreendido e levado a adequar-se à escola.

Os sujeitos que contribuíram para a pesquisa foram descritos conforme o quadro, nas páginas 35 e 36. Os roteiros de entrevistas e questionário estão explícitos nos anexos.

A primeira questão feita para todos os entrevistados foi a seguinte: o que você compreende por Síndrome de Down? Laura, que trabalha a seis anos na educação e a quatro anos tem alunos com necessidades especiais em sua sala de aula respondeu da seguinte maneira:

Compreendo que a síndrome de Down é um distúrbio genético, de um cromossomo a mais, e que as pessoas que tem essa síndrome têm uma série de limitações no que diz a motricidade, na linguagem e as características faciais. (Laura, 2015, Entrevista)

Laura, a primeira professora citada, relata do que se trata a síndrome, a mesma adquiriu essas informações pesquisando, após ter em sua sala de aula uma aluna com Down, disse ela em conversas informais. A segunda professora, Júlia, relatou que: “A síndrome de Down é uma má formação, e que a criança que tem essa síndrome é muito ativa, distraída e tem déficit mental” (Júlia, 2015, Entrevista).

Maria, diz que: “Síndrome de Down é uma deficiência principalmente mental, pois a deficiência física é pouca, eles também são muito parecidos, então a síndrome acarreta consigo um grau de aparência, pois todas as crianças que a possuem são parecidas” (Maria 2015, Entrevista).

Rosely, Suely e Manuela, tiveram respostas parecidas elas disseram em resumo que:

A síndrome de Down afeta principalmente as gestantes mais velhas, é uma questão genética, um cromossomo a mais que aparece na criança desde sua

formação, esta síndrome traz muitas limitações para as crianças, elas possuem dificuldades para aprender, para escrever e para realizar atividades que para os demais parecem simples (Rosely, Suely e Manuela, 2015, Entrevista).

Nas respostas das seis entrevistadas acima, podemos constatar que elas conhecem um pouco sobre a síndrome de Down, mas de maneira vaga, falta em seus termos a teoria, já que todos são profissionais da educação e estão com essas crianças em seu meio, as mesmas necessitam conhecer mais profundamente do que se trata a síndrome, pois a mesma não é uma doença e só se compreende como trabalhar com crianças com Síndrome de Down quando se sabe do que ela se trata e como suas limitações podem ser superadas, assim, nesse aspecto descrito, a falta de formação continuada pode implicar nesses déficits, onde esses profissionais da educação pesquisaram por exemplo, por conta própria o que seria a Síndrome de Down, e não foi lhe oferecido formação para o desenvolvimento na área.

Inclusão é o nosso foco de pesquisa, as crianças incluídas precisam ser sempre consideradas em sala de aula, seus interesses e seu desenvolvimento, seja este afetivo ou cognitivo. Porém será que isto acontece, ou as escolas cumprem normas porque são obrigadas, atende as crianças com síndrome de Down respeitando os limites e ajudando a superá-los? Essas inquietações surgiram desde o início da pesquisa, assim no formulário de questionário foi perguntado as professoras: Como você caracteriza a inclusão e a aprendizagem do aluno com síndrome de Down?

A inclusão acontece sim, pois os alunos estão nas salas de aula regulares, as atividades são direcionadas a eles de acordo com sua aprendizagem, porém não temos tempo suficiente para dar conta de todas as necessidades dessa criança. Quanto a aprendizagem, ela é lenta comparada aos demais da classe, minha aluna com síndrome de Down tem nove anos e a mesma conhece poucas letras e alguns números, não escreve nada, sua coordenação motora é defasada...(Laura, 2015, Questionário)

A professora, nos relata como a inclusão acontece em sua sala de aula, revela também sua fragilidade ao enfatizar que seu tempo é insuficiente para atender todas as demandas da criança especial no decorrer da aula.

Ela ainda continua descrevendo sua aluna:

...Por exemplo, no início do ano minha pequena olhava muito para uma escada na escola e por hipótese alguma subia todos os degraus, chegava no quarto degrau e sentava, não conseguia mais descer nem subir, depois de pegar em sua mão ela foi conseguindo subir, mas ao subir sozinha ela subia degrau por degrau agachada. Ao meu ver uma superação magnífica diante de tanta dificuldade, coisas que seus colegas de classe faziam sem nenhum problema, para ela com certeza foi uma aprendizagem, até que atualmente

ela consegue subir e descer as escadas, sozinha e de pé (Laura, 2015, Questionário).

Acima, a professora Laura descreve como ela lhe consegue relacionar-se com sua aluna que possui Síndrome de Down, o que nos chama atenção é quando ela relata que a inclusão pelo mero fato de sua aluna está na sala de aula regular, será que é inclusão ou o termo correto seria integração? A mesma busca diferenciar as atividades e aponta o fato do curto tempo para dar assistência devida a sua aluna, quanto a isso essa professora necessita de ajuda para com sua turma e voltamos a repetir tanto na formação quanto no auxílio em sala de aula.

A professora Júlia nesta mesma questão nos relata que:

A inclusão é muito posta no papel, é sempre falada, mas para mim, incluir uma criança com Síndrome de Down na sala de aula regular é dar conta de todos as suas necessidades, que ela não seja mero ouvinte, mas participe assiduamente do cotidiano escolar. Assim, penso que ela não acontece de fato. Falando sobre a aprendizagem ela é muito devagar, pois muito depende da fala, coisas que as crianças com síndrome não desenvolvem bem. Meu aluno com Down, tem 4 aninhos apenas, ao chegar foi se socializando com todos, mas com o passar do tempo na aprendizagem de conteúdos percebi como era difícil fazer com que ele entendesse, ele falar algumas coisas, mas é muito levado, nada prende a atenção dele por muito tempo. (Júlia, 2015, Questionário).

Júlia, nos relata seu ponto de vista sobre inclusão, ela diz que é muito posta no papel, mas que a verdadeira inclusão não ocorre de fato em sua totalidade, mais uma vez, a integração ganha foco, a aprendizagem é relativa nos escritos das duas professoras acima citadas, um processo lento e que precisa acontecer, mas a maneira para que ela acontece é diferente, as professoras sentem dificuldades para dar conta desse processo de ensino e aprendizagem.

Ainda nessa questão: Como você caracteriza a inclusão e a aprendizagem do aluno com síndrome de Down? Maria nos diz:

No meu ponto de vista a inclusão acontece no caso de que há matriculados no ensino regular crianças com deficiência, porém ela é muito falha, na hora de atender as demandas específicas dessas crianças. Falando sobre as aprendizagens de crianças com síndrome de Down, elas aprendem vagorosamente, pois possuem um déficit mental, e como a mente comanda todas as nossas aprendizagens, ela comanda as crianças com síndrome de Down a seu modo. (Maria, 2015, Questionário).

Seu relato condiz com as demais, a inclusão não ocorre de fato, as crianças são integradas a escola e ao meio que vivem, a aprendizagem também é tida como lenta. Nossa indagação agora é: Como as professoras analisam a aprendizagem de crianças com síndrome

de Down, será que o que as professoras acham pouco avanço, para essas crianças não seria um grande?

A professora que atende essas crianças, Manuela, nos fala que:

A aprendizagem de crianças com Síndrome de Down é relativa, uns despertam mais interesses em determinadas disciplinas, elas precisam de materiais e atividades concretas, só assim podemos verificar avanços na aprendizagem, e o modo de avalia-las e de constatar suas aprendizagens se diferem dos demais (Manuela, 2015, Diário de campo.)

Podemos notar que a prática inclusiva não atende as demandas de fato, as políticas públicas são falhas, não garantem a inclusão, isso tanto na rede privada, como na rede pública. No artigo 59 da LDB consta que: os sistemas de ensino asseguram aos educandos com necessidades especiais: “I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades;” (BRASIL, 2005, p.19), assim podemos constatar que na lei está explícita que deve-se atender as necessidades dessas crianças, porém o governo deve oferecer condições para que isso aconteça, precisa de mais empenho para destinação das verbas, para que se possa modificar a realidade do quadro atual, e que as crianças com síndrome de Down sejam atendidas com qualidade, onde o currículo também se direcione a eles, afim que de a inclusão se realize.

Carvalho vem acrescentar o seguinte: “nosso problema não reside na inexistência de leis; pelo contrário o que nos falta é garantir seu cumprimento. (CARVALHO, 1997, p.30), de tal modo as políticas públicas devem não só pensar em fazer leis, porem fazer com que elas vigorem de maneira correta e dando condições suficientes para que elas aconteçam. As escolas atualmente estão buscando atender essas demandas, dentro de suas limitações obviamente, resalto na entrevista da professora Laura onde foi perguntado: O que você a inclusão proporciona a educação atual? Em seu relato diz:

A inclusão proporciona uma maior chance dessas crianças participarem do contexto social, pois é nesse convívio que elas são compreendidas e respeitadas. Então a inclusão é sim a maneira melhor para que essas crianças convivam em sociedade. Porém essa estadia na sala de aula não é suficiente para que esse aluno se desenvolva completamente (Laura, 2015, Entrevista).

Com essa abordagem a professora relata a importância da inclusão na vida das crianças com Síndrome de Down, sua participação além de beneficiar aos mesmos, proporciona aos demais na sala de aula o crescimento, e a valorização das diferenças. Assim em nosso questionário foi tido como pergunta: As práticas docentes têm influência no fator de inclusão? A professora Júlia, escreveu a seguinte resposta: “Com certeza, acredito que a prática docente é o fator principal para que haja a inclusão das crianças com necessidades

especiais” (Júlia, 2015, Questionário). Professora Maria respondeu: “Sim, pois a prática docente é a responsável por os avanços pessoais e intelectuais de todos, mas para que essa prática tenha efetivação precisamos de formações que proporcionem mais qualidade a educação (Maria, 2015, Questionário). E Laura traz que: “Sim, penso que a prática docente é um dos principais fatores, ela tem o poder de incluir ou excluir” (Laura, 2015, Questionário).

Nesses relatos existem clareza nas palavras, e as professoras compreendem como suas práticas afetam os educandos, mas elas precisam de condições nessas efetivações da prática docente. Veiga diz: “O professor, no momento de organizar sua aula, precisa atentar para as necessidades formativas de seus alunos, a fim de perceber a quais interesses atende ao propor determinadas atividades a seus educandos” (VEIGA, 2008, p. 273). Veiga nos esclarece que a prática docente precisa ser organizada, ter coerência e isso depende do empenho do professor, que sempre inclua nas práticas cotidianas essas crianças com necessidades especiais. Assim, as professoras também nos revelam a falta de formação continuada para a inovação de práticas inclusivas, pois o que vem acontecendo é a integração, onde as crianças com Síndrome de Down são integradas as salas de aulas regulares, sem práticas e condições que deem conta de suas necessidades.

Nessas perspectivas o questionário continua com a seguinte questão: Você tem alguma dificuldade para trabalhar com os alunos com síndrome de Down? Quais? A resposta foi unânime entre as professoras, elas responderam: “Sim. A falta de recursos pedagógicos, salas muito cheias e principalmente a falta de formações na área. ” Esta resposta aborda a situação das escolas brasileiras, as professoras entrevistadas trabalham na mesma cidade em Cachoeirinha- PE, uma cidade muito pequena, por isso o fato de salas de aulas com muitos alunos. Com a resposta das professoras, observa-se as maiores educacionais, estas não são novas, são antigas e nosso país não consegue modificar a realidade, pois a educação não aparece em primeiro plano nas políticas públicas.

As duas gestoras entrevistadas, estas somente de escolas privadas, foi perguntado se acontece preparação profissional para que a escola esteja adequada a receber crianças com Síndrome de Down na sala de aula regular. Obtivemos os seguintes relatos:

No início do ano letivo sempre fazemos formações que atendam as necessidades educacionais, e de forma geral tratamos das características dos alunos que iremos atender. Debates, buscamos metodologias que se adequem a essas crianças. A cada inquietação, organizamos formações para analisar questões que estejam acontecendo. (Rosely, 2015, Entrevista)

Nesse relato a gestora afirma que no início do ano letivo proporciona formações, porém para tratar de diversos alunos, podemos refletir se isso consegue amenizar as situações dos incluídos na sala de aula regular e na escola, constatamos mais uma vez que a integração ganha o lugar da inclusão, que as nossas escolas ainda não atendem corretamente as mesmas.

Nunca tivemos uma formação diretamente ligada a educação especial, mas sempre buscamos entrar nesse contexto, em nossas reuniões pois, é crescente o número de alunos com necessidades especiais nas salas de aulas regulares (Suely, 2015, Entrevista).

Os destaques nessas falas são bem claros, a educação especial não é o foco das escolas, elas tentam sempre abordar, mas ainda não é algo que tem toda a atenção, isso é uma defasagem enorme, já que é crescente o número dessas crianças. A gestora Rosely em uma conversa informal apontou que:

A educação especial em nosso próximo ano letivo terá mais atenção, pois temo praticamente um aluno especial em cada sala de aula regular, irei implantar o atendimento com psicólogo e promover formações e formações continuada a respeito do tema. Acredito que em nossas formações nas universidades vemos pouco de educação especial e é necessário um estudo constante para administrar essa questão na escola (Rosely, 2015, Diário de Campo).

Os reconhecimentos das necessidades especiais em poucos casos já estão sendo trabalhados, é um passo dado, mas precisa-se colocar em prática, nas graduações é um ponto a ser observado, já que ao ser graduado o aluno é automaticamente autorizado a exercer a prática docente.

Continuando com as entrevistas, foi perguntado as professoras: Você teve alguma formação para trabalhar com alunos com síndrome de Down? Qual? As respostas foram as seguintes:

Na minha graduação tive um componente curricular de Educação especial, ela tratava das deficiências em geral, não especificamente com a síndrome de Down, mas teve um pouco. No início do ano letivo, deste de 2014, tivemos duas formações que tratavam de Educação especial, com o intuito de esclarecermos alguns pontos da deficiência. Síndrome de Down foi um dos tópicos das formações, pois estaríamos com uma aluna com essa síndrome na sala de aula regular, inclusive ela é minha aluna, tratamos de teoria, mas existe defasagem na questão de como a aprendizagem dessas crianças ocorrem (Laura, 2015, Entrevista).

Ou seja, a professora revela que as formações que são propostas não esclarecem totalmente como lidar com crianças com Síndrome de Down, na graduação, podemos observar a defasagem, então como podemos analisar estas situações? Júlia nos fala que:

Estou com a graduação em curso, não paguei este componente curricular, mas no normal médio paguei e estagiei em sala de aulas com crianças

especiais, e a disciplina de educação especial foi trabalhada no contexto geral (Júlia, 2015, Entrevista).

Como vemos, os cursos de formações não conseguem atender as demandas da educação especial com base inclusiva. Para analisar, Maria traz seu ponto de vista:

Em partes sim, na graduação tive uma disciplina de educação especial, mas não tratava somente de síndrome de Down, na verdade não lembro se essa síndrome foi trabalhada no contexto. E na escola que trabalho nunca tive formações direcionadas a síndrome de Down. (Maria, 2015, Entrevista).

Assim, vamos percebendo que existe uma defasagem no sistema educacional quando tratamos de formação inicial e formação continuada com os docentes na área de Educação Especial, segundo Damis (2002):

A relação pedagógica se faz por verdadeira quando são verdadeiras também as possibilidades de ensino para tanto se faz necessário que a relação pedagógico-social, seja especificamente orientada para uma finalidade educativa, segundo a forma de se estabelecer relações para ensinar/aprender entre os elementos que compõem a relação pedagógica: o professor, o aluno, o saber, os recursos e os procedimentos (DAMIS, 2002, p.38).

Esse é um dos elementos que necessitam serem abordados em formações, lhes faltam propostas de ensino, formações, condições de trabalho, estruturas educacionais, remuneração digna, e uma política capaz de modificar a realidade educacional brasileira, que proporcionem ao educador formações de qualidade, que não seja em último plano e muito menos um mero cumprimento de leis. Portanto as lutas devem ser diárias para atentar as políticas para educação. Portanto, atualmente não possuímos escolas inclusivas e sim integradoras, pois as práticas adotadas e as formações disponibilizadas não possuem subsídios para que haja eficácia com os alunos que possuem Síndrome de Down.

As gestoras entrevistadas perguntamos: Em sua escola, acontece a inclusão ou integração? Em suma, ambas ressaltaram que: “Tentamos sempre adequar-nos a inclusão porém nem sempre atingimos essa meta, é muito difícil, mas estamos em constante luta pela inclusão e não a integração, já que tentamos formar cidadão competentes e desenvolver suas habilidades” (Suely e Rosely, 2015, Entrevista).

Acreditamos que as escolas ainda não conseguiram se adequar na finalidade da educação inclusiva, os docentes que atuam na área em partes reconhecem o paradigma que exige a educação inclusiva, porém não ocorre a inclusão em nossas fontes de pesquisa, e sim a integração. Tanto docentes como gestores educacionais precisam se envolver mais com a educação especial em planejamentos e ações voltados para a mesma. Para Ross (1998):

O diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade

universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas. Além disso, o administrador necessita ter uma liderança ativa, incentivar o desenvolvimento profissional docente e favorecer a relação entre escola e comunidade (ROSS, 1998, p. 228).

O autor acima cita um ponto relevante para que as escolas consigam quebrar algumas barreiras na educação e proporcione um maior desenvolvimento da inclusão, do trabalho docente e do ensino/aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas primeiras discursões situaram a inclusão de alunos com Síndrome de Down na sala de aula regular, tratando das leis que interferem nesse processo, esse tópico foi necessário para que a discursão na análise de dados fosse mais precisa, comparando nas falas dos sujeitos como ocorre o processo de inclusão nas salas de aulas de ensino regular. Algumas insatisfações foram percebidas com as políticas educacionais que regem a educação, pois acredita-se que as leis são propostas de mudanças, mas estas não são cumpridas, incluir não é integrar, e no município fonte de pesquisa notamos que a inclusão de crianças com Síndrome de Down na sala de aula regular não acontece de fato.

Diante de fatos, percebemos sujeitos inclusos há um sistema educacional com imensas falhas, que na busca constante pela inclusão são sujeitos a integração, onde as práticas pedagógicas não são eficazes para lhes atenderem, por diversos motivos e o mais ressaltado foi a falta de formação profissional, seja esta a inicial ou continuada. Professores estão insatisfeitos com a educação que não lhes oferecem subsídios para trabalhar, e ainda pais de estudantes que acreditam que a mudança é possível, é relevante ressaltar que os professores acreditam que a inclusão é um fator importante para construção tanto do sujeito com deficiência como para os demais, é ela que proporciona o desenvolvimento social.

A maioria dos docentes em suas falas mostram-se inseguros para realizar sua tarefa pedagógica por falta de formação adequada para trabalhar em turmas com essas características, a quantidade de alunos nas salas de aula fator que os deixam mais apreensivos para realização do trabalho pedagógico, e o fato do estudante com Síndrome de Down ser somente um na sala de aula regular, e por vezes mero ouvinte, sem metodologia adequada para com eles.

O nosso objetivo: Compreender a prática docente, diante do paradigma da inclusão com as crianças que possuem de síndrome de Down; acreditamos que nas primeiras considerações foi possível observar que as práticas docentes caminham apenas para o processo de integração escolar, pois conseguimos analisar a prática docente, compreendendo suas implicações com os alunos que possuem Síndrome de Down e percebemos quais os paradigmas da inclusão e como esse processo ainda está defasado em nossa realidade cotidiana.

As formações ganharam importância, pois na busca em compreender a prática docente percebemos a falta que faz as formações e os professores deixam claro como necessitam da

mesma para uma prática pedagógica inovadora e mais qualitativa, a formação é defasada, não acontece constantemente na área de Educação Especial e sendo está um princípio necessário para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, precisamos ressaltá-la e compreendê-la.

A inclusão embora seja uma antiga discussão, ainda é uma questão que necessita de bastante atenção, pois ela não acontece como determina as leis, ela é compreendida, mas não efetivada, o que podemos observar e discutir é a integração esta dominante nas salas de aulas regulares onde os alunos são postos sem que haja preparação para recebê-los, sem um ambiente e professores que o compreenda, as crianças com síndrome de Down estão sujeitas a se adequarem ao ambiente e as pessoas e não o contrário, como deveria acontecer.

A Síndrome de Down também precisa ser melhor compreendida, para que o trabalho com a mesma seja efetivado com qualidade. As políticas educacionais necessitam de aperfeiçoamento diante da inclusão, pois as leis existem, mas seu cumprimento não acontece devidamente, as gestões escolares buscam cumprir as leis, mas a maior necessidade e desafio é incluir e compreender as crianças com Síndrome de Down em nossas salas de aulas regulares, fazendo-os participantes do contexto escolar e social, onde se promova aprendizagens significativas para os mesmos, à inclusão está acontecendo, quando falamos em matrículas e inserção em salas de aulas regulares, porém a prática docente adotada não inclui o aluno com Síndrome de Down nas atividades cotidianas, deixando-os como mero ouvintes inseridos num contexto no qual deveriam ser atuantes, fazendo-os integradores do sistema educacional. As formações docentes são limitadas, não permitindo aos docentes uma maior interação de como atuar em diversas circunstâncias, as práticas utilizadas acabam a não dar de conta todas as demandas sociais e particulares que cada aluno.

Assim, ficamos diante de vários conceitos que nos levam a perceber que a inclusão precisa ser melhor compreendida para que ela aconteça, pensamos que, estudar como os alunos com síndrome de Down aprendem e quais instrumentos são facilitadores para essa aprendizagem qualitativa é um tema relevante para estudos e pesquisas futuras.

ANEXOS

Anexos

Roteiro de Entrevista das Professoras

Entrevistado: _____

Idade: _____

Tempo de Serviço: _____

Campo de Atuação: _____

Escola de rede () Pública () Privada

1 - O que você compreende por Síndrome de Down?

2 - O que a inclusão proporciona a educação atual?

3 - Você teve alguma formação para trabalhar com alunos com síndrome de Down? Qual?

4 – Você acha importante as formações?

Quadro de Respostas:

Pergunta:	Respostas da professora Laura:
1	Compreendo que a síndrome de Down é um distúrbio genético, de um cromossomo a mais, e que as pessoas que tem essa síndrome tem uma série de limitações no que diz a motricidade, na linguagem e as características faciais.
2	A inclusão proporciona uma maior chance dessas crianças participarem do contexto social, pois é nesse convívio que elas são compreendidas e respeitadas. Então a inclusão é sim a maneira melhor para que essas crianças convivam em sociedade. Porém essa estadia na sala de aula não é suficiente para que esse aluno se desenvolva completamente.
3	Na minha graduação tive um componente curricular de Educação especial, ela tratava das deficiências em geral, não especificamente com a síndrome de Down, mas teve um pouco. No início do ano letivo, deste de 2014, tivemos duas formações que tratavam de Educação especial, com o intuito de esclarecermos alguns pontos da deficiência. Síndrome de Down foi um dos tópicos das formações, pois estaríamos com uma aluna com essa síndrome na sala de aula regular, inclusive ela é minha aluna, tratamos de teoria, mas existe defasagem na questão de como a aprendizagem dessas crianças ocorrem.
4	Sim, são muito importantes.

Pergunta:	Respostas da professora Júlia:
1	A síndrome de Down é uma má formação, e que a criança que tem essa síndrome é muito ativa, distraída e tem déficit mental.
2	Em uma palavra, oportunidade.
3	Estou com a graduação em curso, não paguei este componente curricular, mas no normal médio paguei e estagiei em sala de aulas com crianças especiais, e a disciplina de educação especial foi trabalhada no contexto geral.
4	Sim.

Pergunta:	Respostas da professora Maria:
1	Síndrome de Down é uma deficiência principalmente mental, pois a deficiência física é pouca, eles também são muito parecidos, então a síndrome acarreta consigo um grau de aparência, pois todas as crianças que a possuem são parecidas.
2	Proporciona crescimento para todos.
3	Em partes sim, na graduação tive uma disciplina de educação especial, mas não tratava somente de síndrome de Down, na verdade não lembro se essa síndrome foi trabalhada no contexto. E na escola que trabalho nunca tive formações direcionadas a síndrome de Down.
4	Sim, são essenciais.

	Respostas da professora que atende alunos especiais Manuela
1	A síndrome de Down afeta e as gestantes mais velhas, não é uma questão genética, é um cromossomo a mais que aparece na criança desde sua formação, as crianças possuem dificuldades.
2	A inclusão é essencial, ela é oportunidade e crescimento, é a quebra de preconceitos e barreiras.
3	Sempre busquei depois da graduação e pós-graduação, curso que me auxiliassem a atender crianças com necessidades especiais.
4	Sim.

Roteiro de Entrevista das Gestoras

Entrevistado: _____

Idade: _____

Tempo de Serviço: _____

Campo de Atuação: _____

Escola de rede () Pública () Privada

1 – O que você compreende por Síndrome de Down?

2 – O que você acha da educação inclusiva?

3 - Acontece preparação profissional para que a escola esteja adequada a receber crianças com Síndrome de Down na sala de aula regular?

4 - Em sua escola há inclusão ou integração em sua escola?

Perguntas:	Respostas da Gestora Suely
1	A síndrome de Down afeta principalmente as gestantes mais velhas, é um cromossomo a mais que aparece na criança desde sua formação, esta síndrome traz muitas limitações para as crianças, elas possuem dificuldades para aprender.
2	A educação inclusiva é uma oportunidade para o crescimento.
3	Nunca tivemos uma formação diretamente ligada a educação especial, mas sempre buscamos entrar nesse contexto, em nossas reuniões pois, é crescente o número de alunos com necessidades especiais nas salas de aulas regulares.
4	Buscamos sempre a inclusão porém nem sempre atingimos essa meta, é muito difícil, mas estamos em constante luta pela inclusão.

Perguntas:	Respostas da Gestora Rosely
1	Síndrome de Down afeta principalmente as mulheres mais velhas, não é uma questão genética, é um cromossomo a mais que vem na formação da criança, elas possuem dificuldades para aprender, para escrever e para realizar atividades que para os demais parecem simples.
2	A educação inclusiva é um meio para que todos tenham os mesmos direitos, para que haja a valorização de todos os seres humanos.
3	No início do ano letivo sempre fazemos formações que atendam as necessidades educacionais, e de forma geral tratamos das características dos alunos que iremos atender. Debates, buscamos metodologias que se adequem a essas crianças. A cada inquietação, organizamos formações para analisar questões que estejam acontecendo.
4	Tentamos sempre adequar-nos a inclusão porém nem sempre atingimos essa meta, é muito difícil, mas não desistimos não visamos a integração, já que tentamos formar cidadão competentes e desenvolver suas habilidades.

Roteiro de Questionário

Nome: _____

Idade: _____

Tempo de Serviço: _____

Campo de Atuação: _____

Escola de rede () Pública () Privada

1- Como você caracteriza a inclusão e a aprendizagem do aluno com Síndrome de Down?

2 - As práticas docentes tem influência no fator de inclusão?

3 - Você tem alguma dificuldade para trabalhar com os alunos com síndrome de Down?

Quais?

Respostas:	Questionário da professora Laura
1	A inclusão acontece sim, pois os alunos estão nas salas de aula regulares, as atividades são direcionadas a eles de acordo com sua aprendizagem, porém não temos tempo suficiente para dar conta de todas as necessidades dessa criança. Quanto a aprendizagem, ela é lenta comparada aos demais da classe, minha aluna com síndrome de Down tem nove anos e a mesma conhece poucas letras e alguns números, não escreve nada, sua coordenação motora é defasada. Por exemplo, no início do ano minha pequena olhava muito para uma escada na escola e por hipótese alguma subia todos os degraus, chegava no quarto degrau e sentava, não conseguia mais descer nem subir, depois de pegar em sua mão ela foi conseguindo subir, mas ao subir sozinha ela subia degrau por degrau agachada. Ao meu ver uma superação magnífica diante de tanta dificuldade, coisas que seus colegas de classe faziam sem nenhum problema, para ela com certeza foi uma aprendizagem, até que atualmente ela consegue subir e descer as escadas, sozinha e de pé.
2	Sim, penso que a prática docente é um dos principais fatores, ela tem o poder de incluir ou excluir.
3	Sim. A falta de recursos pedagógicos, salas muito cheias e principalmente a falta de formações na área.

Respostas:	Questionário da professora Júlia
1	A inclusão é muito posta no papel, é sempre falada, mas para mim, incluir uma criança com Síndrome de Down na sala de aula regular é dar conta de todas as suas necessidades, que ela não seja mero ouvinte, mas participe assiduamente do cotidiano escolar. Assim, penso que ela não acontece de fato. Falando sobre a aprendizagem ela é muito devagar, pois muito depende da fala, coisas que as crianças com síndrome não desenvolvem bem. Meu aluno com Down, tem 4

	aninhos apenas, ao chegar foi se socializando com todos, mas com o passar do tempo na aprendizagem de conteúdos percebi como era difícil fazer com que ele entendesse, ele falar algumas coisas, mas é muito levado, nada prende a atenção dele por muito tempo.
2	Com certeza, acredito que a prática docente é o fator principal para que haja a inclusão das crianças com necessidades especiais.
3	Sim. A falta de recursos pedagógicos, salas muito cheias e principalmente a falta de formações na área.

Respostas:	Questionário da professora Maria.
1	No meu ponto de vista a inclusão acontece no caso de que há matriculados no ensino regular crianças com deficiência, porém ela é muito falha, na hora de atender as demandas específicas dessas crianças. Falando sobre as aprendizagens de crianças com síndrome de Down, elas aprendem vagarosamente, pois possuem um déficit mental, e como a mente comanda todas as nossas aprendizagens, ela comanda as crianças com síndrome de Down a seu modo.
2	Sim, pois a prática docente é a responsável por os avanços pessoais e intelectuais de todos, mas para que essa prática tenha efetivação precisamos de formações que proporcionem mais qualidade a educação.
3	Sim. A falta de recursos pedagógicos, salas muito cheias e principalmente a falta de formações na área.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas/** Menga Lüdke – São Paulo: EPU, 1986.

AMARAL, Ana Lúcia; Adjeção do professor: uma identidade perdida? **In: Formação de professores: políticas e debates /** Ilma Passos Alencastro Veiga, Ana Lúcia Amaral (orgs). Campinas, SP: Papirus, 2002.

BLATTES, **Inclusão: Uma questão de direito.** 2º Edição, Brasília, 2006.

BRASIL, MEC, **Educação Especial,** 1998.

BRASIL, **Lei: Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: Vide Adin 3324-7 Vide decreto nº 3.860, de 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva:** v. I: a fundamentação filosófica. Brasília: MEC, 2006.

BUENO, J.G.S. **Generalista ou Especialista? A formação do educador e as necessidades educacionais especiais.** 21ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED, Caxambu, Minas Gerais, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler; **A nova LDB e a Educação Especial/** Rosita Edler Carvalho. – Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DAMIS, Olga Teixeira; **Formação pedagógica do profissional de educação no Brasil: Uma perspectiva para análise.** IN: Formação de professores: políticas e debates/ Ilma Passos Alencastro Veiga, Ana Lúcia Amaral (orgs). – Campinas, SP: Papirus, 2002.

DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina da. **Inclusão Escolar e Educação Especial: Teoria e prática na diversidade.** Uberlândia: EDUFU, 2008.

Disponível em: Chahira Kozma <http://www.larpsi.com.br>, em: 02-01-2015.

Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br>, em:10-04-2015.

Disponível em: Schwartzman José, <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>, em: 10-04-2015.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: **O jogo como elemento da cultura.** Tradução de Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LAGE, Allene. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico**: Um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terras/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. V2 – 18 – Diários do Trabalho Empírico. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Coimbra: 2005.

MACHADO, Adriana Marcondes, /BUENO; **Educação Especial em Debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Nacional de Psicologia, 1997.

MEC, **Ensaio pedagógicos – construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, 2005.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. **Uma professora muito especial**. Rio de Janeiro: 7 letras 2007.

OLIVEIRA, Ivanilda Apolucenode; **Saberes imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PUESCHEL, **Síndrome de Down, guia para pais e educadores**, 12ª edição, papiros, Campinas, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: as boas e as más notícias**, in: David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto, 2003.

ROSS P, **Pressupostos da integração/inclusão frente à realidade educacional**. Foz do Iguaçu.PR: Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

THOMPSON, Margaret; MCLNNES, Roderick; WILLARD, Huntingoton.
Thompson&Thompson. **Genética Médica**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; **Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata**, In: Aula: Gênese, dimensão, princípios e prática. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Campinas, SP: Papirus, 2008.